

VITÓRIA,
OUTUBRO/
NOVEMBRO
DE 2004

Ação FISCAL

ORGÃO DE COMUNICAÇÃO DO SINDIFISCAL - ANO IX Nº 102



PLC-25/04 Pág. 3

Reajuste UNIMED Pág. 4

Entrevista especial com
deputado Cláudio Thiago Pág. 6 e 7

EDITORIAL

Sensação do dever cumprido

2 004 foi um ano extremamente difícil para os servidores. Desde o início, vimos nossos direitos adquiridos através de anos de luta sendo retirados por aqueles, que até ocuparam o Poder, se faziam passar por nossos defensores.

Só para relembrar, o Governo Federal, tendo à frente o presidente Lula, com o apoio de um Congresso subserviente, em sua grande maioria, e com um Supremo Tribunal Federal sujeito a opiniões e convencimentos, totalmente fora de sua função Constitucional de "guardião da Constituição Federal", usou de todos os meios existentes para acabar com o Ato Jurídico Perfeito e com os Direitos Adquiridos, quando aprovaram e julgaram constitucional o "confisco" de 11% (onze pontos percentuais) nas aposentadorias e pensões.

Aprovaram também o teto e o sub-teto para os servidores, descumprindo a Constituição Federal no que rege a "irredutibilidade dos vencimentos". O sub-teto ainda não tem um julgamento final pelo poder Judiciário, que em alguns Estados tem negado os recursos impetrados pelos servidores prejudicados, e em outros tem reconhecido o direito, determinando a reposição da diferença descontada. Mas como sempre, em alguns Estados, como o Espírito Santo, a Justiça tem se omitido em dar sua decisão. De qualquer forma, esta decisão final caberá ao STF, que não está estipulando tetos para seus servidores, assim como o Congresso Nacional também não o faz.

Concluimos que na questão do teto e do sub-teto, assim como se dizia na reforma agrária, a lei só é boa e tem validade no terreno dos outros.

O Governo do Estado do Espírito Santo, por questão de conveniência ou necessidade, não por obrigação legal como foi divulgado, aplicou aos servidores públicos estaduais as mesmas medidas, após aprovação de Emenda à Constituição Estadual, onde os servidores do Estado obtiveram um único voto em sua defesa, o do colega deputado Cláudio Thiago.

Mesmo com toda esta maré contrária, reconhecendo a situação precária de caixa do Tesouro Estadual, tomados de seu espírito público e senso de responsabilidade, e atendendo às solicitações do Governo do Estado, nós servidores da Sefaz, num esforço acima das dificuldades de carência de pessoal e de condições de trabalho, arregaçamos as mangas e fomos em busca dos recursos necessários para que o Estado pudesse fazer frente a seus compromissos. Resultado: mais um ano quebrando recordes de arrecadação. Quer seja na ampliação dos impostos recolhidos, quer seja na busca daquilo que havia sido sonogado. Com toda certeza estamos de parabéns.

Este trabalho ajudou o Governador Paulo Hartung a cumprir um de seus mais importantes compromissos assumidos: o pagamento dos servidores em dia. Assim está sendo feito e agradecemos. Criou também condições de ampliar os investimentos do Estado em serviços à sociedade.

Agora, com a sensação do dever cumprido, com a certeza de que este empenho deverá ser prorrogado, é que acreditamos ser a hora de recebermos a contra-partida. A pedido do Sindifiscal, foi convocado pelo secretário da Fazenda, Dr. José Teófilo, o Conptaf, formado por representantes da categoria e da Sefaz (que também pertencem à categoria), sob a presidência do secretário.

Após várias reuniões, buscando sugestões de vários colegas e do próprio secretário, o Conptaf elaborou uma proposta de Projeto de Lei visando resgatar parte de nossas perdas salariais acumuladas nos últimos anos. Acreditamos firmemente que esta proposta, produzida em conjunto pela categoria, pela Sefaz e pelo Secretário da Fazenda, atenda às necessidades de ambas as partes: categoria e Governo do Estado.

Sr. Secretário, Sr. Governador, vamos colocar este projeto para apreciação e aprovação na Assembléia Legislativa. Vamos continuar esta parceria entre Governo e Grupo TAF. Todos temos a ganhar, mas, com toda certeza, ganhará mais a sociedade.



Walker Ricardo Pinto
Presidente Sindifiscal

SINDIFISCAL-ES

Sindicato do Pessoal do Grupo TAF no ES

Rua General Osório, 83 - salas 407 a 410 -
Centro - Vitória - ES
Cep 29028-900 - Tel.: (27) 3200-2585
e-mail - fisco@sindifiscal-es.org.br
<http://www.sindifiscal-es.gov.br>
CNPJ: 272394410001/05

Diretor Presidente

Walker Ricardo Pinto

Vice-Presidente - Helvécio Valiati
Subsedes

Cachoeiro - Praça Jerônimo
Monteiro, 21 - sala 101 - Centro
Tel.: (28) 3521-7630/7629

e-mail - sindifiscal-cachu@veloxmail.com.br

Colatina - Av. Getúlio Vargas, 183- Ed. Prolar,
2º andar - Centro - Tel.: (27) 3721-1724
e-mail: colatina@sindifiscal-es.org.br

Jornalista Responsável

Inês Simon Ferreira
Reg. MTB 499/90

Editoração

Oficina de Letras Comunicação
3222-6955

Fotolito

Tom Bureau - 3322-8527

Impressão

Artgraf - 3223-6588

"O conteúdo das matérias publicadas neste informativo são de inteira responsabilidade da diretoria do Sindifiscal e os artigos assinados, responsabilidade dos seus autores."

Informe seu e-mail!

Estamos organizando um cadastro com os e-mails dos colegas para que possamos ter uma forma de comunicação mais imediata com a categoria. Muitas vezes surgem informações de última hora que precisam ser repassadas aos colegas e o correio eletrônico agiliza muito nesses casos.

Você pode enviar para o e-mail do Ação Fiscal: jornal@sindifiscal-es.org.br ou informar pelo telefone 3200-2585.

PLC nº 25/2004: Vitória do consenso

Finalmente foi votado na Assembléia Legislativa o Projeto de Lei Complementar nº 25/2004, no dia 09-11, após muitos debates e adiamentos.

O principal objetivo deste projeto era reduzir o quadro de Auditores Fiscais da Receita Estadual (AFRES), de um total anterior de 745 cargos para um novo quantitativo de 500.

Após várias tentativas frustradas de acordo com a Sefaz, quanto ao número de vagas proposto no projeto - que causaria prejuízos aos colegas por extinguir vagas destinadas à ascensão funcional, o Sindifiscal procurou Cláudio Thiago, representante da categoria na Assembléia Legislativa, para apresentar uma emenda ao PLC ampliando estas vagas para um novo total de 550 cargos. No entender da diretoria, este novo quantitativo representa uma diferença pequena da proposta original mas preserva o direito adquirido dos colegas que desejam mudar para os níveis II e III.

Com a proposta de emenda apresentada, a diretoria do Sindifiscal convenceu os demais deputados e deputadas sobre a justiça do pleito. Para isso, acompanhada de diversos colegas e do deputado do fisco, fez campanha nos gabinetes e corredores da Assembléia em busca de apoio. "Com este trabalho de equipe conseguimos sensibilizar os deputados e deputadas e, na terça-feira, 09-11 de novembro, antes da votação, conseguimos o apoio dos mais reticentes. Concluímos com um acordo firmado com o líder do Governo, em nome do Governador, a favor de nossa proposta, aprovada, assim, por unanimidade" relata Walker Ricardo Pinto, presidente do Sindifiscal.

"Este trabalho desenvolvido demonstra que quando nos unimos em favor dos direitos da categoria, justos e legais, conseguimos vencer as adversidades e realizarmos nossos projetos. No final, quando contamos até mesmo com o reconhecimento do Governo sobre a justiça de nosso pleito, podemos afirmar que não houve derrotado. Vencemos todos, os que trabalham em favor da categoria e o Governo do Estado, que demonstrou mais uma vez seu interesse em ter funcionários satisfeitos e com a certeza de que seus direitos serão respeitados", conclui Walker.

A diretoria do Sindifiscal parabeniza o deputado Cláudio Thiago pela consciência de acolher em sua emenda o Art. 40 - A, proposto pelo Governo, mas recusado nas Comissões. Este artigo traz sugestão do presidente do Sindifiscal, após reunião com os colegas gerentes da Sefaz e prevê o seguinte: "Quando da realização do processo de ascensão em 2005 e 2006, caso as vagas disponibilizadas para o nível III não sejam preenchidas por candidatos do nível II, será reaberto um processo complementar no qual será permitida a ascensão direta do nível I para o nível III, até o limite das vagas remanescentes".

A diretoria agradece ao governador Paulo Hartung, a todos os deputados e deputadas estaduais e, em particular, ao colega Cláudio Thiago, que no seu entender "tem nos honrado com seu trabalho, trazendo satisfação com sua luta e dedicação em favor dos pleitos de nossa categoria, assim como de todos os demais servidores públicos deste Estado do ES".

Confiram o texto final do PLC nº 25/04, aprovado na Assembléia Legislativa (que Altera a Lei Complementar nº 16, de 09.01.1992, alterada pela Lei Complementar nº 262, de 05.6.2003) e aguarda sanção do Governador:



Diretoria do Sindifiscal debateu a emenda ao PLC 25/04 com Cláudio Thiago e colegas do Fisco em 21/10



Colegas e diretores do Sindifiscal juntos com o deputado Cláudio Thiago na Assembléia Legislativa em busca de apoio dos demais parlamentares



Auditores fiscais debatem com Edson Vargas, deputado relator do PLC 25 na Comissão de Finanças, em 09-11

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 25/04 A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECRETA:

Art. 1º O Anexo III da Lei Complementar nº 16, de 09.01.1992, com a denominação de cargo alterado pela Lei Complementar nº 262, de 05.6.2003, passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 2º A Lei Complementar nº 16/92 fica acrescida do artigo 40-A, com a seguinte redação:

"Art. 40-A. No decorrer dos exercícios de 2005 e 2006, excepcionalmente, para efeito de mudança nos respectivos Níveis do cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual - AFRE, após a realização do processo seletivo, do Nível II ao Nível III, caso não sejam preenchidas todas as

vagas existentes, será promovido processo complementar para o Nível III, ao qual poderão candidatar-se os ocupantes de cargos do Nível I, dispensados os requisitos previstos no art 16, I, II, III e V."

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o artigo 38 da Lei Complementar nº 16/92.

Anexo único, a que se refere o artigo 1º:

Anexo III, a que se refere o artigo 34 da lei Complementar nº 16, de 09.01.1992, com a denominação do cargo alterada pela Lei Complementar nº 262, de 05.06.2003.

Distribuição de Vagas nos Níveis

Cargo	Nível	Quantidade
Auditor Fiscal da Receita Estadual	I	180
Auditor Fiscal da Receita Estadual	II	240
Auditor Fiscal da Receita Estadual	III	130
TOTAL		550

Reajuste anual do Contrato UNIMED

Novembro é a data-base para renegociação dos valores do contrato com a UNIMED, que enviou ao Sindifiscal uma proposta com reajustes diferenciados de 15,56% (quinze vírgula cinqüenta e seis por cento) para o Plano Regulamentado e de 11,91% (onze vírgula noventa e um por cento) para o Uniplan.

Em reunião com o Sindifiscal, a UNIMED explicou que o índice diferenciado era motivado pelo desequilíbrio apresentado no Plano Regulamentado, pelo fato de que alguns associados precisaram de atendimentos de alto custo. A empresa baseou-se também em cláusulas contratuais e em determinações da Agência Nacional de Saúde (ANS), órgão do governo que regulamenta os planos de saúde.

A UNIMED expôs ainda, que pelo mesmo motivo, o contrato com o Sin-

dipol (Polícia Civil) havia sido reajustado em mais de 18% (dezoito por cento), o que foi confirmado pelo Sindipol.

Após as explicações, a diretoria do Sindifiscal argumentou que, apesar de serem legais, os índices apresentados estavam totalmente fora da realidade financeira dos nossos associados, devido à defasagem salarial acumulada nos últimos anos. A diretoria também demonstrou que os contratos com o Sindifiscal apresentaram saldo positivo ao longo dos anos e por isso as partes deveriam buscar um índice mais realista e aceitável, conforme ocorreu nas últimas negociações.

Com o diálogo, a proposta apresentada foi reduzida para os seguintes índices percentuais, que incidirão sobre a fatura que vence em 20 de dezembro próximo. **(Veja tabela abaixo)**

“Sabemos que o ideal era que não houvesse reajuste, mas como temos consciência desta impossibilidade, acreditamos que os índices conseguidos pela Diretoria, nas negociações realizadas, são satisfatórios, pois, como foi demonstrado, estão bem abaixo daquilo que foi autorizado pela ANS”, conclui a diretoria do Sindifiscal.

TIPO DE PLANO	PROPOSTA UNIMED	% NEGOCIADO
Regulamentado	15,56%	8,88%
Uniplan	11,91%	8,88%
Odontológico	11,75%	11,75%
SOS Remoção	11,75%	11,75%

Novo Convênio Odontológico

A Baiense Odontoclínica

Integrada oferece aos associados do Sindifiscal, todas as especialidades em uma clínica muito bem equipada, com profissionais especializados e experientes, que trabalham com o conceito de que o centro de suas atividades é o cliente e as suas necessidades.

Os serviços odontológicos são os mesmos que eram oferecidos pelo IPAJM, com a tabela de preços atualizada para R\$ 0,35 a unidade serviço (US), pois o último reajuste foi em 1998 com o valor de R\$ 0,27.

Considerando a limitação de tempo da maioria dos clientes, a Odontoclínica Baiense oferece serviços integrados, com os vários tratamentos odontológicos realizados num só espaço, por profissionais da própria clínica.

Serviços

- Consulta para orçamento gratuita.
- Cobertura total dos procedimentos odontológicos descritos no convênio (diagnóstico, perícia, emergência, profilaxia, radiologia, restaurações em amálgama e resina, pinos de retenção, próteses fixas e móveis, tratamento de canal, clareamento, tratamento de gengiva, cirurgias simples e complexas).
- Tratamentos de menor porte realizados em um só dia (Day Clinic), ou no menor número de consultas possíveis.
- Tabela de procedimentos com a Unidade de Serviço Odontológico (USO) no valor de R\$ 0,35.
- Os procedimentos de prótese serão acrescidos dos valores cobrados pelo laboratório, escolhido em comum acordo pelo profissional e o paciente.



Dr. Cláudio Baiense e Dr. Roney Baiense

Rua Aleixo Neto, 322, Ed. Light Tower, sala 805, Santa Lúcia, Vitória, ES (em frente à academia Renata Pacheco).
Telefone 27-3227-6334

Assembléia do Grupo TAF debate Aumento Salarial, PLC-25 e Ascensão

No último dia 28 de outubro, quinta-feira, foi realizada uma Assembléia Extraordinária do Grupo TAF para tratar sobre alguns assuntos que afligem a categoria. “Tivemos a felicidade de contar com um grande número de associados, demonstrando o interesse da categoria em debater os assuntos que nos dizem respeito”, afirma Walker Ricardo Pinto, presidente do Sindifiscal.



espaço como esse, gastar recursos com locação de auditórios, muitas vezes sem estacionamento e de difícil acesso. Com toda certeza, pelos comentários feitos antes, durante e depois da Assembléia, o local foi aprovado, pois vários colegas permaneceram na lanchonete do Clube até mais tarde numa animada confraternização”.

Pela primeira vez foi realizada uma assembléia no Clube Social, em Vila Velha. A diretoria avaliou que o local é de fácil acesso, próximo à Rodovia do Sol, com estacionamento amplo, além de ser um ambiente muito agradável, que deixa as pessoas bastante à vontade. Para a diretoria do Sindifiscal “não se justificava mais, possuindo um

Opiniões de alguns colegas na Assembléia do fisco:

“É muito importante o respeito entre o governo e a categoria, mas não podemos deixar de lutar pela categoria” **Júlio Muniz**

“Não estamos contra gerentes nem contra o governo, apenas não vamos abrir mão da ascensão dos que já têm direito” **Júlio Muniz**

“Concordo com o Júlio que o PLC 25 não poderia ter ido direto do governo para a Assembléia sem ter passado pelo CONPTAF.” **Sandro Martins**

“Vamos superar nossas divergências sem ferir suscetibilidades.” **Marcelo da Matta**

“Acho que os 120 têm direito à ascensão. Mas o consenso na comissão de ascensão foi de abrir 50 vagas, já que há 12 anos não se cumpre a lei.” **Geraldo Pinheiro**

Ninguém quer ir para o nível III porque não há estímulo! Talvez se criasse algum estímulo, abririam mais vagas para o nível II” **Geraldo Pinheiro**

“Os AFRE-I estão esgotados, cansados, temos que criar mecanismos para motivar a ascensão.” **Júlio Muniz**

“Temos que ter cuidado para não sermos lesados por oportunismos do Estado.” **Joaquim**

“Desde o início, o Sindifiscal questionou no Conptaf o número de vagas para ascensão, inclusive publicamos no nosso jornal. Com certeza, se fosse informado da extinção das vagas, o Conptaf não concordaria com as 50 vagas.” **Walker Ricardo Pinto**

“O CONPTAF tem procurado aglutinar todas as propostas. A 1ª idéia do projeto é atender a todos: aposentados, auxiliares fazendários e AFRES. A 2ª idéia é criar um mecanismo justo de reajuste do ponto, tanto para fiscais quanto para o Estado” **Rogério Zanon**

“A concepção do projeto é de 5 anos, 20 anos... A perspectiva é de que os fiscais estejam ganhando bem e trabalhando bem para que isso aconteça. É preciso planejar mais, estabelecer metas, políticas de tributação, em suma, pensar mais e não ficar só batendo perna prá fiscalizar botequim” **Rogério Zanon**

“Precisamos amadurecer juntos as propostas de ascensão e reajuste. Quem quiser participar desse processo pode acompanhar no CONPTAF e no Sindicato.” **Rogério Zanon**

“Esse debate mostra como a categoria evoluiu na ética, no relacionamento. Parabéns!” **Guilherme Pedrinha**

Apresentamos o resumo da ata, feito pelo presidente do sindicato para o Ação Fiscal:

1 – Aumento salarial:

Foi exposto o trabalho realizado pelos colegas do CONPTAF convocados pelo Secretário da Fazenda, José Teófilo, a pedido do SINDIFISCAL, com a finalidade de construir uma proposta de recuperação salarial que atingisse, com justiça, todos os membros do Grupo TAF, ativos, inativos e pensionistas. Pelo fato da proposta formulada ainda não ter sido homologada pelo Secretário, os números não estavam disponíveis na Assembléia. Mas, apesar do Sindifiscal não ter estes números, está acompanhando os trabalhos desenvolvidos pelos colegas do CONPTAF. O sindicato reconhece o interesse do governo do Estado de fazer justiça e espera ver reconhecido excelente trabalho realizado pela categoria, considerado pelos diretores como o principal responsável pelo Estado ter saneando seus problemas financeiros.

2 – PLC nº 25/04:

Este Projeto de Lei Complementar tinha por finalidade reduzir o quantitativo de Auditores Fiscais de 745 cargos, previstos na Lei 16/92, para 500 cargos, número que a Sefaz entende como necessário para o desenvolvimento do serviço. Apesar de não concordar com esta redução, o Sindifiscal entende que a determinação do quantitativo de vagas é de responsabilidade do Poder Executivo. Mas a diretoria não concordou com o Projeto ao extinguir as vagas destinadas às futuras ascensões de colegas, que esperam o cumprimento de seus direitos há vários anos. Diante disso, o Sindifiscal pediu ao colega Cláudio Thiago, deputado estadual da categoria, que fizesse uma Emenda ao PLC-25, visando resgatar

mais 50 cargos, o que elevou o número proposto pelo Governo de 500 para 550 cargos. Até o momento da assembléia do fisco, o Projeto de Lei se encontrava em discussão na Assembléia Legislativa, que na opinião da diretoria é o fórum mais democrático para tal discussão.

3 – Ascensão Funcional:

A Assembléia entendeu que inicialmente não existia nenhum impedimento para que a ascensão já tivesse ocorrido, mas concluiu-se que, no entendimento do Governo, a ascensão funcional estava atrelada à votação final do PLC nº 25/04. Alguns membros da categoria demonstraram a insatisfação com o número de vagas oferecidas, assunto já bastante debatido pela Diretoria, que também discorda do não oferecimento de todas as vagas existentes em aberto, conforme a Lei Complementar nº 16/92.

Após este relato resumido dos debates, a Diretoria do Sindifiscal fica à disposição dos colegas para maiores esclarecimentos, aguardando, da mesma forma que todos os colegas, a conclusão da proposta de correção salarial da categoria. Os diretores do sindicato acreditam com firmeza que a proposta terá o apoio da Sefaz e do Governo do Estado, para ser aprovada na Assembléia Legislativa antes do recesso parlamentar, para que entre em vigor logo no início do ano de 2005.

A diretoria do Sindifiscal aproveita para agradecer a grande presença dos colegas, “que conscientemente sabem que nos debates saudáveis, onde os pontos de vista são respeitados, mesmo que conflitantes, é que demonstramos nossa força na defesa de nossos interesses”.

Entrevista especial com o deputado

1. Como Você avalia o segundo ano de seu mandato?

Este segundo ano foi muito importante para amadurecer o nosso mandato. As experiências que vivenciamos contribuíram para uma melhor atuação nas comissões de Educação e de Finanças e no diálogo com o Poder Executivo. A participação nas Audiências Públicas do Orçamento 2005 e a análise das contas do Governo também foram pontos importantes porque tivemos a oportunidade de conhecer os anseios dos municípios, principalmente do interior, e na medida do possível conseguimos atender às demandas que recebemos. E ainda incluímos uma emenda para aumento salarial do funcionalismo público.

2. Quais iniciativas o deputado tomou que beneficiaram a categoria fiscal?

Busquei demonstrar em várias ações o valor da categoria para o Estado e para a sociedade. Realizamos a Sessão Solene em homenagem ao Dia do Fiscal, apresentamos projetos de interesse da categoria, como a proposta de emenda constitucional, PEC nº 21/2004, solicitando aumento de vencimentos para os Auditores Fiscais, que não foi aprovada. Também apresentamos uma emenda que proporcionou o aumento do número de vagas nos três níveis de auditores fiscais tornando possível a ascensão funcional e a contratação dos concursados, que aguardavam desde 2002.

Estabelecemos um maior estreitamento político com o Governador Paulo Hartung e o secretário José Teófilo, com o objetivo de valorizar os auditores fiscais e conseqüentemente aumentar a Receita Estadual e atender aos anseios da população capixaba. Durante esse período também procuramos atuar como "indutores", ou

seja, estimulando toda a categoria a ser mais participativa e atuante no mandato. Acho muito importante a união da categoria para o sucesso deste mandato, que não é do Cláudio Thiago, mas de todos nós.

3. Conquistou vitórias para o funcionalismo público?

Durante o primeiro ano de mandato, apresentamos emenda ao PPA incluindo aumento para o funcionalismo público. Graças a essa emenda estão previstos no Orçamento 2005 mais de cem milhões de reais para aumento salarial dos servidores públicos. Uma outra emenda, que ainda vai ser votada, de nossa autoria, estabelece que qualquer crescimento de receita acima do previsto no orçamento, será empregado no aumento do salário do servidor público.

Em todos nossos discursos defendemos a importância do(a) servidor(a) público(a) estadual no contexto da sociedade. Participamos de diversos seminários, reuniões da Intersindical, congressos, audiências públicas com o intuito de ouvir propostas para elaboração de projetos, como foi o caso da emenda ao PPA incluindo o aumento do funcionalismo e também do Abono para os professores. Recentemente apresentamos a proposta de criação da Frente Parlamentar de Defesa do Serviço Público de Qualidade para Todos com o objetivo de valorizar o(a) servidor(a) e o seu trabalho que é tão importante para a sociedade. Já foi aprovada e falta ser instalada.

4. Quais as propostas e perspectivas para o próximo ano?

Esperamos uma maior reciprocidade por parte do governo, ou seja, transformar os ganhos de receita em benefícios para a categoria e para o serviço público. O que queremos é que o ganho de receita seja revertido

Cláudio Thiago em pronunciamento na tribuna da Assembléia Legislativa



do em aumento para os servidores e em investimentos nas áreas essenciais (saúde, educação e segurança). Sabemos que apesar do aumento da arrecadação, da importância da categoria fiscal e dos constantes elogios recebidos, os(as) auditores(as) fiscais ainda não são valorizados. Não existe a reciprocidade.

Os ganhos de uma administração séria, organizada, planejada e que valoriza as leis, como é a atual gestão, devem ser revertidos em benefícios que atendam a toda sociedade. Para garantir um serviço público de qualidade, é necessário valorizar o (a) funcionário (a) público (a).

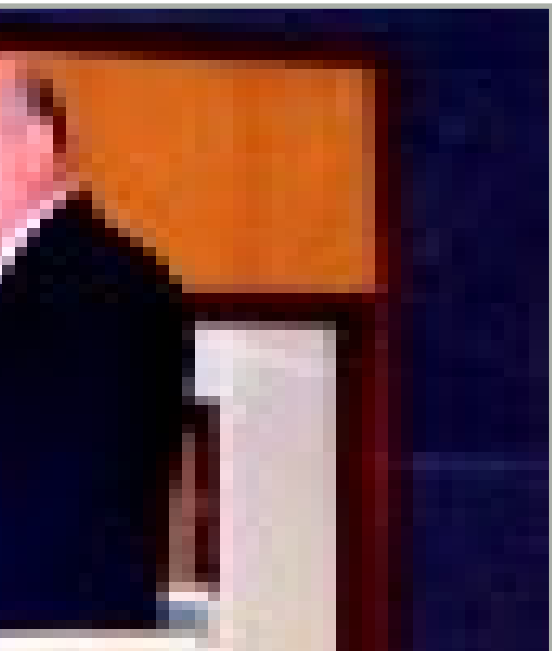
5. Como a categoria de Auditores Fiscais pode contribuir para maiores conquistas com este mandato?

Este mandato é nosso. Convidamos toda a categoria para participar mais ativamente, apresentando sugestões, propostas



Sessão solene em homenagem ao Fisco na Assembléia Legislativa

Deputado estadual Cláudio Thiago



de projeto, criticando e apresentado soluções para melhorar o dia-a-dia de atuação do deputado.

Os(as) colegas do fisco devem estar mais presentes, participar das audiências públicas, sessões solenes e sessões plenárias quando forem votados assuntos de interesse da categoria. Outro ponto importante é conscientizar a todos(as) que o deputado foi eleito com apoio maciço do fisco para lutar pelo direitos da categoria, do funcionalismo público e, principalmente, da coletividade, por isso não podemos nos prender às demandas pessoais, que fogem ao verdadeiro papel do parlamentar que é servir a toda a sociedade. O nosso compromisso com a categoria é permanente, já obtivemos algumas conquistas e vamos lutar

por outras mais nos próximos dois anos, mas a vitória está condicionada à nossa união nos momentos de demonstrar o valor e a força do fisco.

Acreditamos na construção de uma conscientização coletiva e de unidade para as próximas eleições. Somos aproximadamente 80 mil servidores públicos estaduais, com nossos familiares somamos mais de 400 mil pessoas. Se essa "Família de Servidores Públicos" estiver imbuída com o mesmo objetivo de mudar a história política do Espírito Santo, poderemos nas próximas eleições escolher representantes autênticos, legítimos e fiéis aos interesses do funcionalismo público e de toda a sociedade. Só cresceremos e avançaremos nos nossos pleitos enquanto categoria, se tivermos unidos como único corpo.



Cláudio Thiago presente nas Assembléias do fisco

Resumo da fala do deputado Cláudio Thiago bastante aplaudida na última Assembléia da categoria:

"Somos a grande família fisco: auditores inativos, ativos, auxiliares fazendários e administrativos. Como uma grande família, temos que defender os nossos interesses como irmãos. O momento de avançar nas nossas conquistas é agora!

Juízes, promotores, delegados de polícia e procuradores do Estado se mobilizaram recentemente e foram vitoriosos na defesa da votação de projetos de interesse de suas categorias na Assembléia Legislativa. A ex-procuradora do Estado, Dr. Gladys Bitran, por exemplo, foi a cada gabinete pedir pela votação favorável ao projeto de aumento da base salarial para R\$ 8 mil, para os cargos de procurador do Estado.

O Sindifiscal está buscando entendimento com o governo, com o grupo de gerência da Sefaz e está em consonância com a cate-

goria. Conduziu esses processos de interesse maior dos(as) fiscais de forma democrática.

Nós, servidores públicos, já julgamos outros governantes. Mas queremos julgar o atual governo de forma positiva. Como deputado, apesar de não ser da base governista, tenho votado com o governo, de graça, sem pedir cargos ou barganhar vantagens. Só votei contra o governo na defesa dos interesses dos servidores. Minha conduta até o final do meu mandato será sempre em favor da sociedade.

Apreendi muito sobre *reciprocidade* no debate sobre ética promovido pela Sefaz em setembro. Os fiscais deram resposta positiva levando o Estado a ter aumento de receita, o maior do país. E o governo, que tipo de reciprocidade ofereceu à categoria até agora?

Temos uma grande oportunidade de resgatar nossos direitos e nossa dignidade profissional e ainda podemos ser parceiros de um governo que pode chegar a 8 anos de mandato. Se nesse processo do Conptaf, que debate os avanços para categoria, o "pai da criança" for o governador Paulo Hartung, vamos confraternizar com ele por isso.

Cabe a cada um de nós fiscais a obrigação de reverter a situação da população pobre que é a mais prejudicada em saúde, educação e segurança. Está em nossas mãos a capacidade de dar condições ao governo de investir no serviço público, afinal somos nós que combatemos a sonegação e elevamos a arrecadação com responsabilidade. Tudo o que queremos é um Espírito Santo melhor para todos!"

COLUNA DO FISCAL

"O tesouro de alguns homens pode ser um baú de jóias com muito valor ou uma conta bancária recheada, mas para o fiscal aposentado Jorvalim Jerônimo de Souza o grande tesouro é ter conseguido dar estudo aos filhos. 'Não posso deixar herança para eles, mas o que pude oferecer é a formação, o conhecimento, e isso ninguém tira'".

Esta introdução abriu a entrevista ao Ação Fiscal, no ano 2000, do querido colega Jorvalim, falecido em outubro último e resume muito bem o homem valoroso que foi esse colega.

Do Seu Valim, com quem trabalhei por pouco tempo, mas o suficiente para solidificar uma grande amizade que, com certeza vai perdurar pela eternidade, eu só tenho boas lembranças. Uma pessoa íntegra, muito respeitada na cidade de Ecoporanga, onde eu sempre o visitava. Um excelente fiscal que prestou com muita honradez e dignidade valiosos serviços ao nosso Estado. Até mesmo sujeitando sua família a condições precárias de sobrevivência nos postos fiscais, pois naquela época não havia alternativas a não ser levar a família para morar junto na fronteira, onde ficavam entregues à própria sorte.



Seu Jorvalim (in memoriam) e Dona Héliana em visita ao Sindifiscal em 2000

Mas o seu cuidado com a família era tanto, que assim que as crianças ficaram maiores, Dona Héliana, sua esposa e companheira de todas as horas, fixou residência em Barra de São Francisco para que pudessem estudar, enquanto Seu Valim conseguiu trabalhar por escala.

Fico feliz porque seu sonho tão caro foi realizado! Peço a Deus que o acolha onde estiver e continue a abençoar sua família. Um grande abraço, Valim! Muitas saudades!

Marco Aurélio Fernandes da Silva, AFRE-II

COOPFISCO

Seminário no Banco Central do Brasil

A agilidade conquistada em seus processos internos, valeu à Coopfisco elogios pelos técnicos do Banco Central do Brasil (BACEN), representado pelo senhor Teles, no seminário do Bacen, em 28-10, no Rio de Janeiro, nos informa Ana Lúcia Aguiar, gerente da Coopfisco.

O tema foi "Novos procedimentos que permitam maior celeridade na resolução dos pleitos do Sistema Cooperativista", preparatório para as As-

sembléias Gerais Ordinárias (AGO) que serão realizadas no 1º trimestre de 2005. Naquela oportunidade a gerente da Coopfisco, acompanhada do seu presidente, Laerte Nicolau Aroni, junto com outros representantes de cooperativas da Região Sudeste, receberam informações sobre os novos procedimentos a serem adotados para realização de assembleias, tendo em vista que toda homologação da AGO, é feita pelo BACEN.

A Coopfisco está com Site novo

Enfim a COOPFISCO está com sua nova página eletrônica no ar. O acesso dos associados às informações da cooperativa foi facilitado pois aumentou a interatividade do site. Merece destaque o HOMEbank (banco em casa), pois basta o associado abrir e digitar a senha de sua conta na cooperativa para ter acesso a todos os seus saldos. Quem ainda não tem a senha, é só solicitar o cadastro da senha na Coopfisco.

I Olimpíada do Fisco animou o sábado

"A pesar da pequena adesão dos colegas às competições de nossa primeira Olimpíada - e da chuva que caiu pela manhã - na parte da tarde, quem participou gostou muito", informa bastante animada uma das coordenadoras do evento, Marlene Muniz, diretora do sindicato. As crianças presentes, os adolescentes e também as mulheres ficaram entusiasmados por terem aprendido a jogar bocha. "Jogadores profissionais aguardem, pois novos talentos estão surgindo", anuncia, animada, Marlene Muniz.



Quem participou da I Olimpíada do Fisco se divertiu bastante com os torneios que estavam animadíssimos. Tinha até "torcida organizada"



Noite Dançante é o novo ponto de encontro da família fisco

"O Noite Dançante do dia 05-11 foi ótima, animada pela Banda BM-4, a partir da 21 horas, na área coberta do bar, no clube Social de Vila Velha", comemora o colega Fernandão, um dos responsáveis pela organização do evento. Fernando informa que participaram cerca de 140 pessoas e a banda tocou muito samba, músicas dos anos 60 e 70, além de MPB até a madrugada. E aproveita para convidar os colegas e seus familiares para as próximas realizações que vão continuar em 2005, em calendário a ser divulgado em breve. Aguardem!

Balancete - Agosto 2004

Saldo anterior 

Banestes Cta 1.703.701	0,51
Banestes Cta 1.702.554	124.259,47
Banestes Cta 6.193.023	13.349,89
Título Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	1.260,00
TOTAL	151.001,74

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA

Mensalidade Associados Clube	1.774,63
Credito Siafem	80.040,00
Credito Unimed	2.785,56
TOTAL	84.600,19

IMOBILIZADO

Máquinas e Equipamentos	402,00
Obras em Andamento - Vila Velha	11.982,23
TOTAL	12.384,23

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Adiantamentos	1.183,93
INSS	5.449,86
FGTS	1.397,04
Salários	11.865,20
TOTAL	19.896,03

OBRIGAÇÕES FISCAIS

IRRF S/Salários	869,38
PIS S/Folha	163,84
TOTAL	1.033,22

DESPESAS C/PESSOAL

Assistencia Médica	1.917,19
Contribuição Sindical	103,72
Férias e Rescisões	123,18
Vale Refeição	2.715,75
Vale Transporte	927,00
TOTAL	5.786,84

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Assistência Contabil	600,00
Serviços Provissonais - PF	12.238,47
Serviços Provissonais - PJ	5.088,50
TOTAL	17.926,97

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso a Internet	135,00
Água	158,25
Aluguel de Imoveis - Cachoeiro	520,00
Aluguel de Imoveis - Colatina	319,51
Combustivel	1.049,20
Condominio	400,00
Condução	28,00
Copias e Autenticacões	18,95
Correios	1.528,79
Despesas c/Estacionamento	270,00
Despesas c/Pedagios	7,50
Despesas C/Assinaturas	64,90
Despesas C/Veiculos	215,00
Despesas Diversas Cachoeiro	1.594,68
Despesas Diversas Colatina	200,00
Despesas Legais e Judiciais	2.500,00
Energia	4.622,30
Impostos e Taxas	220,21
IPVA	142,41
Jornais e Revistas	245,00
Manutenção de Maquinas e Equip.	120,00
Material de Consumo	1.753,37
Material de Escritório	767,00
Processos Trabalhistas	500,00
Reembolso de Despesas	277,42
Seguros	361,51
Telefone	2.236,60
TOTAL	20.255,60

DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	646,02
TOTAL	646,02

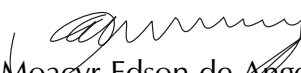
Saldo Banco/Caixa 

Banestes Cta 1.703.701	0,51
Banestes Cta 1.702.554	129.458,20
Banestes Cta 6.193.023	14.762,44
Título Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	1.320,00

TOTAL 157.673,02

TOTAL 235.601,93

Vitória-ES, 31 de Agosto de 2004


Moacyr Edson de Angelo
Av. Adolpho Cassoli, 376 - Maruípe
Vitória-ES - CEP 29040-040

Contador CRC-ES 2832 - CPF 282.309.307-91

Balancete - Setembro 2004

Saldo anterior 

Banestes Cta 1.703.701	0,51
Banestes Cta 1.702.554	129.461,50
Banestes Cta 6.193.023	14.762,44
Titulo Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	1.320,00
TOTAL	157.676,32

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA

Mensalidade Associados Clube	745,82
Credito Rateios Intersindicais	241,50
Credito Siafem	78.680,00
Credito Unimed	6.640,76
TOTAL	86.308,08

IMOBILIZADO

Adiantamentos a Fornecedores	4.061,37
Maquinas e Equipamentos	978,00
Obras em Andamento - Cachoeiro	6.000,00
Obras em Andamento - Vila Velha	11.704,59
TOTAL	22.743,96

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

INSS	5.300,52
FGTS	1.368,03
Salários	12.824,12
TOTAL	19.492,67

OBRIGAÇÕES FISCAIS

IRRF S/Salários	814,38
PIS S/Folha	160,82
TOTAL	975,20

DESPESAS C/PESSOAL

Assistencia Médica	1.917,19
Contribuição Sindical	103,72
Vale Refeição	2.718,35
Vale Transporte	927,00
TOTAL	5.666,26

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Assistência Contabil	600,00
----------------------	--------

Serviços Provisionais - PF	15.236,44
Serviços Provisionais - PJ	361,50
TOTAL	16.197,94

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso a Internet	114,00
Água	209,10
Aluguel de Imoveis - Cachoeiro	520,00
Aluguel de Imoveis - Colatina	323,18
Combustivel	799,98
Condominio	400,00
Copias e Autenticações	57,20
Correios	482,97
Despesas c/Estacionamento	180,00
Despesas c/Pedagios	3,00
Despesas C/Assinaturas	469,83
Despesas C/Veiculos	132,00
Despesas Diversas Cachoeiro	3.541,34
Despesas Diversas Colatina	200,00
Energia	1.376,60
Festividades e Confraternizações	400,00
Jornais e Revistas	449,00
Manutenção de Maquinas e Equip.	165,00
Material de Consumo	1.438,81
Material de Escritório	88,60
Processos Trabalhistas	100,00
Reembolso de Despesas	370,58
Seguros	358,71
Telefone	2.316,74
TOTAL	14.496,64

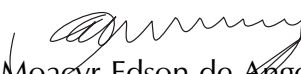
DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	402,94
TOTAL	402,94

Saldo Banco/Caixa 

Banestes Cta 1.703.701	0,51
Banestes Cta 1.702.554	79.630,23
Banestes Cta 6.193.023	70.866,18
Titulo Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	1.380,00
TOTAL	164.008,79
TOTAL	243.984,40

Vitória-ES, 30 de Setembro de 2004


 Moacyr Edson de Angelo
 Av. Adolpho Cassoli, 376 - Maruípe
 Vitória-ES - CEP 29040-040
 Contador CRC-ES 2832 - CPF 282.309.307-91

Este ano não vai haver nossas tradicionais festas de confraternização

Face à realização de obras de melhorias e ampliação no Clube Social em Vila Velha, além da necessidade urgente de construirmos uma casa para nosso funcionário, caseiro do Clube Social em Cachoeiro do Itapemirim, no início de 2005, não será possível realizarmos este ano as tradicionais festas de confraternização da família fisco.

Apesar de não haver verba suficiente para implementar as melhorias e ao mesmo tempo investir nas festas, informamos que tivemos o cuidado de deixar a área de eventos já construída disponível no Clube Social de Vila Velha, onde estão sendo realizadas com muito sucesso as Noites Dançantes, os Campeonatos de Bocha, a pelada de futebol e as piscinas.

Além disso, o Clube continua disponível para aqueles colegas que quiserem organizar suas festas de confraternização, das quais participaremos com o maior prazer.



Clube Social do Sindifiscal em Vila Velha



Clube Social do Sindifiscal em Cachoeiro



A diretoria

- ☺ Votos de saúde e recuperação ao pai do colega Walter Campos, fiscal e brilhante músico que homenageou todos os colegas do fisco na sessão solene da Assembléia Legislativa em 22-09-2004.
- ☺ A diretoria e os colegas festejam o retorno de Júlio às atividades no sindicato.
- ☺ A presença dos deputados estaduais, na sessão do dia 09-11-2004, que votaram favoráveis à emenda do deputado Cláudio Thiago/Sindifiscal ao Projeto de Lei Complementar nº 25/04 do Governo que reduzia o número de vagas do fisco Estadual de 745 para 500.
- ☺ Noite Dançante - **sucesso com a Banda BM4** - em 05 de novembro. **Presença expressiva da família fiscal alegrou a noite até às 4 h da manhã! Estão de parabéns os organizadores!**
- ☺ Milhares de pessoas fazem manifestação contra o Governo Lula. Estamos acordando para o erro cometido. Só não podemos repeti-lo.
- ☺ O pagamento do salário dentro do mês trabalhado.
- ☺ A dedicação do diretor Délio Castelo à manutenção e animação do Clube Social de Cachoeiro e o incentivo e organização do diretor Antônio Maurício nos eventos no Clube Social de Vila Velha.

In

- ☹ O presidente Lula pedir ao governo de São Paulo para vigiar os movimentos sociais. Volta à ditadura...
- ☹ A transferência dos policiais federais que prenderam Duda Mendonça.
- ☹ Depois de negar uma aposentadoria digna, Lula agora quer negar remédio aos doentes de hepatite.
- ☹ O terrorismo urbano em Vitória.
- ☹ A ação de vandalismo ocorrida no Clube Social em Vila Velha (27/11), que destruiu as raias da quadra de bocha. Os associados devem procurar conscientizar seus dependentes e convidados de que também precisam zelar pelo patrimônio do Clube, para que possa servi-los sempre.
- ☹ Apresentamos a nossa solidariedade aos familiares dos nossos queridos colegas falecidos: **Joaquim Pires de Amorim** em 22/10, **Malaquina Sily Dalla** em 16/10/04, **Miguel Patrasso** em 27/10/04, **Agenor Alves da Silva** em agosto, **Erotildes Pereira da Cunha** em 29/11 e **Eli da Costa Freitas** (pai do colega Antônio Maurício) em 05/12.

Out